

Boletim

CR/RR

MAIO/2016





AGENDA

APEOESP

MAIO

09 a 20 Caravanas da Educação

10 Mobilizações contra o Golpe, convocadas pela CUT

11 RE Ordinário

17 Audiência Pública - Alesp

20 CER Ordinário

24 Assembleia Geral

CUT

MAIO

10 Dia Nacional de Luta Contra o Golpe e em Defesa de Direitos

JUNHO

08 a 10 4º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

CNTE

MAIO

05 e 06 Encontro Mulheres Educadoras em Defesa da Democracia – Nenhum passo atrás

10 a 13 4ª Conf. Nac. de Políticas para as Mulheres (SPM)

JUNHO

02 a 04 Seminário Nacional: Já Falei 10.369 vezes que Racismo é Crime

05-06 e 07 Encontro sobre o Projeto DST/AIDS

I. Conjuntura

O golpe está em curso

O dia 17 de abril de 2016 ficará na história como mais uma nódoa em nossa jovem democracia.

Temos dito claramente, juntamente com a mídia internacional, organismos da ONU, governantes e líderes do mundo inteiro: impeachment sem comprovação de crime, é golpe!

O desfile de justificativas disparatadas dos deputados federais na sessão da Câmara que decidiu pela aceitação do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, sem que se referissem ao objeto do processo, ou seja, a existência ou não de crime de responsabilidade, é a confirmação de que estamos vivendo um golpe de Estado. Sem tanques nas ruas, é verdade, porque agora as armas dos golpistas são os embustes pseudo-jurídicos, a deslealdade e a conspiração arquitetada por Michel Temer e os 367 corruptos que tramaram este golpe.

Numa trajetória histórica marcada pela escravidão, pela quase ausência de legislações de cunho social, ambiental e de direitos civis justas, configura-se mais um golpe no nosso Estado de Direito, pelo qual se desrespeitam as regras legais básicas com a finalidade de realizar o afastamento de uma presidenta legitimamente eleita por 54 milhões de eleitores, para impor um projeto diferente

daquele que foi aprovado pela população nas urnas.

O golpe começou em 2014

Este golpe já vinha sendo gestado no final do processo eleitoral de 2014, quando os meios de comunicação, aliados ao candidato derrotado do PSDB, Aécio Neves, buscaram impor um resultado eleitoral mais adequado aos interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros, com destaque para os interesses dos grupos internacionais.

Neste período, a crise econômica internacional contribuiu para aprofundar as dificuldades de nossa economia, fragilizando o apoio político do governo no plano interno. Novamente, os meios de comunicação esconderam as raízes internacionais da crise, induzindo a opinião pública a acreditar ser esta crise fruto apenas de suposta incompetência do governo federal. O governo, por sua vez, cometeu erros importantes, como a opção por uma política econômica recessiva ancorada na restrição a direitos do trabalhador, restrição ao crédito e outras medidas do mesmo tipo.

A falta de ações mais claras e de adoção de políticas que dessem continuidade à indução ao crescimento econômico, acabaram dificultando uma adesão maior de setores populares, ao mesmo tempo em que, impulsionados pela grande mídia golpista,

setores conservadores sentiram-se à vontade para angariar apoio de setores da classe média, em especial. Não podemos nos esquecer da forte adesão da classe média ao golpe civil militar de 1964 e ao retrocesso resultante desta aventura irresponsável.

Desta forma, a não aceitação do resultado das eleições por parte do projeto da elite representado por Aécio Neves insuflou o movimento pelo impeachment e polarizou o país num clima de ódio e disputas, como numa partida de futebol entre equipes rivais. Este clima de polarização, de sentimentos ensandecidos, tem criado situações inusitadas e impensadas. Até mesmo no ambiente escolar, um espaço de reflexão crítica, onde o debate de ideias é fundamental, não tem sido incomum a perseguição a professores que ousam cumprir seu papel de indutores de reflexão sobre a sociedade e sobre os acontecimentos que estamos vivenciando

Nas ruas sucedem-se episódios de intolerância explícita e, muitas vezes violenta, como numa verdadeira “caça às bruxas”, remetendo a um macartismo em versão verde-amarela. Nas redes sociais, o clima de ódio e polarização irracional tem provocado situações nas quais amigos e familiares rompem relacionamentos devido às suas opções políticas, ameaças são feitas e mensagens carregadas de preconceito e autoritarismo

são publicadas e compartilhadas em larga escala.

Nunca é demais lembrar que este clima de polarização já levou, no passado, a experiências autoritárias e conservadoras, que nos conduziram a retrocessos na nossa incipiente democracia.

A “ponte para o futuro” e a educação no governo Temer

Como contrapartida do pretensso futuro “Governo Temer” aos grupos que o apoiam nesta aventura - pois além da ilegalidade da ação de impedimento em curso, os grupos que o apoiam já vem manchados pelo envolvimento em inúmeros processos de corrupção, como no caso dos deputados federais que aprovaram na Comissão Especial da Câmara Federal o processo de impeachment, a maioria deles envolvidos em processos na justiça por corrupção – apresenta-se uma agenda ortodoxa de cortes nos gastos sociais, de privatizações e redução de direitos trabalhistas.

Para a sociedade em geral, em especial para os profissionais da educação e para os estudantes, uma medida com impacto fulminante é a volta da inclusão das verbas da educação na Desvinculação de Receitas da União (DRU), o que resultará em forte impacto negativo, retirando um grande volume de recursos num setor tão carente de investimento ao longo da história. Na prática, a cada ano, este Congresso com os 367 deputados que votaram pelo impeachment da Presidenta

da República, decidirá a porcentagem dos recursos a serem aplicados na Educação. Você tem alguma dúvida de que os recursos para a Educação serão reduzidos, sendo que hoje a União deve aplicar no mínimo 18% e os Estados, Distrito Federal e Municípios, 25% de suas receitas no setor? A Educação deixará de ser política de Estado e passará a ser política dos partidos que votaram a favor do golpe. Estaremos todos nas mãos deles.

Como proposta de “seu governo”, Temer aponta a implantação de uma política de “bônus por mérito”, já contestada por especialistas de todo mundo, até mesmo por aqueles que a implementaram como solução – como é o caso de Diane Ravich, ex-secretária-adjunta de educação e conselheira do Secretário de Educação dos Estados Unidos, que implementou políticas de mérito e depois verificou sua ineficácia. No estado de São Paulo os professores e professoras da rede pública já conhecem seu caráter restritivo, excluindo todos os aposentados e a maioria dos profissionais, constituindo uma política que não valoriza seus profissionais e nem resulta em melhoria da qualidade da educação.

Tendo em vista experiências colocadas em prática por governos vinculados aos grupos políticos que apoiam o golpe em curso, os professores e a comunidade escolar podem esperar políticas de cunho neoliberal, como a terceirização (privatização) da educação, que tem no estado de Goiás (Marconi Perilo – PSDB) seu exemplo mais adian-

tado. Vale lembrar, que além da terceirização, com o repasse de escolas estaduais para a gestão privada através de Organizações Sociais (OSs), também vem sendo implantado em Goiás, como em outros estados, a transferência da gestão de escolas para a Polícia Militar, constituindo na militarização dessas escolas, que passa a adotar verdadeiros regimes militares em seu interior.

A onda conservadora cresce em todo país. Um marco recente foi a aprovação em Alagoas da Lei da “Escola sem partido”, cujo modelo vem sendo apresentado em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de todo país, inclusive no Congresso Nacional. Este projeto retira toda autonomia didática dos professores na escola, criminalizando-os em sua ação docente, cerceado no exercício de sua função didática, numa crítica ao que este projeto designa de “ideologização” da educação.

Na realidade, “escola sem partido” é uma falsa denominação, pois todos estamos de acordo que a escola não deve ter partido. A questão é que queremos impedir que expressemos nossas concepções a respeito da realidade em que vivemos e da sociedade que queremos. Ora, o próprio projeto político pedagógico da escola está alicerçado em uma concepção, seja ela inclusiva ou excludente, de Educação. Ao mesmo tempo, prega-se a “escola sem partido”, mas outras pessoas pertencerão a partidos políticos e continuarão a ditar as regras.

Não existe sociedade sem concepções políticas. Se, por

um lado, conhecemos hoje a definição de política como arte ou ciência de governar; arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados, não podemos nos esquecer que o termo é derivado da palavra grega “polis”, que denominava as cidades-estado da Grécia antiga. Naquele contexto, o termo política se refere a tudo aquilo que diz respeito às cidades, aos seus cidadãos. Onde há, portanto, uma comunidade, um grupo de pessoas, há política.

Com esse absurdo da “escola sem partido”, um determinado partido político (o PSDB) promove uma confusão intencional entre concepções políticas, concepções de sociedade e de educação com partidarismo e quer impedir as pessoas de expressarem e debaterem livremente suas concepções.

Se não houver uma forte reação dos educadores, da comunidade acadêmica e da sociedade civil, corremos o risco deste projeto ser aprovado também no estado de São Paulo.

A APEOESP, os professores e a política

Neste cenário de grandes dificuldades, no qual a escola pública vem sofrendo um grande golpe, seus profissionais vem sendo cada vez mais pisoteados e se afasta cada vez mais a possibilidade de construção de uma escola pública de qualidade para todos, a pressão sobre a APEOESP também cresce.

Nosso Sindicato tornou-se

uma referência pela sua atuação nas lutas, pela sua grande capacidade de organização e pela força de nossa categoria. Esta atuação sempre incomodou os setores conservadores e os governos, que sempre tiveram a grande mídia apoiando as ações contra a educação pública e contra os professores. Estes setores sempre enxergaram na atuação da APEOESP um empecilho ao seu papel de “formadores de opinião” (alienada) da sociedade. A capacidade de influência da APEOESP foi além da nossa categoria, tornando-se uma referência também para outros setores sociais, em especial pela sua capacidade de diálogo com os estudantes e com os pais.

Neste sentido, a APEOESP, a partir do processo das lutas pela redemocratização no final dos anos 70 e início dos anos 80, nunca se furtou a cumprir um papel na sociedade. Além de organizar a luta pelos direitos e necessidades mais específicos da categoria, sempre lutou pelos interesses mais amplos dos trabalhadores e pela democracia. Sua presença foi fundamental na campanha das Diretas, no processo Constituinte, como em outros momentos fundamentais de nossa história recente.

Hoje, a APEOESP deu um salto de qualidade, adquirindo nova dimensão e se tornando catalisadora de movimentos sociais e concretizando como políticas institucionais, debatidas e decididas nas instâncias da entidade, aquilo que era um projeto. A entidade evoluiu de uma situação na qual a efervescência das mobilizações sociais empur-

rava as questões específicas, para uma situação na qual os debates sobre nossas questões específicas nos conduzem às questões gerais da sociedade, articulando-se umas e outras, sintetizadas em uma totalidade.

Nos últimos anos, a convivência entre diferentes correntes de pensamento no interior da Diretoria da entidade (Articulação, Corrente Sindical Classista, Bloco de Oposição, CSP-Conlutas) faz com que se incorporem debates sobre teses minoritárias e novas questões sejam colocadas em discussão na entidade. Neste sentido, a proporcionalidade na Diretoria cumpre um papel de politização das lideranças do Sindicato.

No momento em que vivemos um forte enfrentamento, que não se restringe aos espaços políticos tradicionais, os setores conservadores disputam a opinião no seio da sociedade, dos movimentos sociais, utilizando dos recursos mais torpes e inaceitáveis, entre eles a falsificação, a mentira, a calúnia. A grande mídia contribui de forma bastante eficiente neste processo de formação de um “senso comum acrítico”.

Frente a esta pressão conservadora, nosso Sindicato não vergará e se fortalecerá, como foi no período militar, em que o ex-governador Maluf mandou cortar a folha de pagamento consignado da APEOESP e os professores responderam coletando as contribuições de escola em escola. Assim como em outros momentos, como na greve de 2000, em que o autoritarismo do governador e da secretária da Educação e o uso

da mais dura e violenta repressão não nos intimidaram; bem como em 2010, quando o governador Serra utilizou repressão policial e perseguições e cobranças de multas para intimidar o Sindicato, das quais fomos absolvidos. O mesmo ocorreu em 2014, quando o candidato do PSDB, Aécio Neves, a exemplo do que havia feito Serra, processou a presidenta da APEOESP e também perdeu no Tribunal Superior Eleitoral, o qual considerou que a fala da presidenta do Sindicato não tinha conotação partidária.

A APEOESP como Sindicato de massas e combativo continuará a cumprir seu papel, mantendo sua independência dos governos e dos partidos políticos. Esta independência se mostra nas críticas que faz às políticas de ajuste fiscal, restrições de

direitos e corte de verbas implementados pelo governo federal, da mesma forma que combate as políticas do governo estadual que prejudicam os educadores, os estudantes e a sociedade. Porém, jamais se furtará em cumprir seu papel em defesa da democracia no momento em que está ameaçada por uma conspiração golpista que poderá levar nosso país a graves retrocessos.

No dia 10/05, nosso Sindicato participará das mobilizações convocadas pela CUT contra o golpe, assim como participaremos de todos os momentos de defesa da democracia e contra qualquer ameaça de retrocesso nos direitos dos trabalhadores e da cidadania.

Assim, no dia 10/5, vamos participar da seguinte forma:

■ Nas regiões onde estiver a Ca-

ravana em Defesa da Escola Pública e da Democracia, devemos esclarecer a população sobre o que vem ocorrendo no país, ao mesmo tempo em que divulgamos nossas reivindicações e a luta pela melhoria da escola pública estadual.

- Nas demais regiões, realizar panfletagens em locais de grande concentração popular e recolher assinaturas em abaixo-assinado contra o golpe que estamos encaminhando às subsedes.
- Em todas as regiões, realizar aulas públicas e aulas especiais para os estudantes sobre a luta em defesa da democracia e contra o golpe.
- Utilizar nas escolas vídeo sobre a construção e defesa da democracia no Brasil, já enviado às subsedes.

II. Campanha Salarial e Educacional

A valorização dos professores não se espera, se conquista!

"Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente (...). (Meta 17 do Plano Nacional de Educação)"

Nossa categoria passa por momentos muito difíceis, assim como é difícil o momento da rede estadual de ensino e do próprio país.

Há vinte meses sem reajuste salarial, temos perdas acumuladas de 16,6% desde julho de 2014. Somos desrespeitados, falta de tudo nas escolas, os estudantes recebem merenda de péssima qualidade, o autoritarismo prevalece sobre qualquer forma de diálogo. Enfim,

não há valorização profissional, gestão democrática, ensino de qualidade. O governo do Estado não tem compromisso com a educação pública.

Por outro lado, enquanto nos nega reajuste salarial e mantém as escolas estaduais em péssimas condições, o secretário da Educação afirmou que Educação não é obrigação do Estado, ao ponto de dizer que ao atender à população, ele se torna um "Estado-babá". Esta concepção

contida na fala do secretário está presente na ação do governador Geraldo Alckmin, quando promove benesses aos empresários, promovendo isenções e renúncia fiscal, que já retiraram R\$ 14,5 bilhões da arrecadação do Estado desde 2014, projetando-se uma perda de R\$ 60 bilhões até 2018. Isto representa menos recursos para a educação, bem como para a saúde, ambos setores cujas verbas são vinculadas constitucionalmente, ou seja, se o Estado deixa de arrecadar, reduzem-se automaticamente as verbas destes setores.

Neste quadro, os professores são relegados ao segundo plano. Não há nenhuma preocupação do governo estadual em nos valorizar. Ele não considera nossas reivindicações, não dialoga, não negocia. Continua praticando a política de bônus que, como todos puderam sentir no mês de abril, não alivia nem resolve a nossa situação. Entretanto, apesar de tudo isso, a assembleia que realizamos no dia 29/04 na avenida Paulista não teve o comparecimento esperado, sobretudo considerando-se que iríamos deliberar sobre a possibilidade de deflagração da greve dos professores.

É preciso que realizemos uma boa reflexão sobre o que acontece no seio da nossa categoria, para que possamos nos organizar de forma mais efetiva para enfrentarmos a dura batalha pela nossa valorização profissional e pela melhoria da escola pública estadual.

Lançamos, assim, algumas questões para debate.

Por que valorizar os professores?

O mestre ou professor é o profissional que assegura o fio de continuidade da cidadania, da cultura e da história na nossa sociedade.

Não há profissão mais importante que a de professor. Uma sociedade não se desenvolve econômica, social e culturalmente sem professores. Todos os demais profissionais contemporâneos só existirão, se existirem mestres e professores.

A valorização dos professores é uma questão que interessa não apenas à nossa categoria, mas a toda a sociedade. Ela não pode depender da decisão deste ou daquele governo. Deve ser decidida e garantida pelo conjunto da sociedade, uma política de Estado, permanente, que persista ao longo do tempo independentemente de quem esteja no poder em cada momento.

Ao longo de sua trajetória, o movimento de professores, aliado a outros movimentos sociais que compreendem o lugar central que ocupa a educação no processo de desenvolvimento do Brasil, conceituaram a valorização do magistério da forma como está consignada na meta 17 do Plano Nacional de Educação, qual seja, que o professor deve ter salário equivalente a todos os demais profissionais com formação de nível superior. O Piso Salarial Profissional Nacional, uma conquista histórica da nossa categoria, foi o primeiro passo neste sentido, mas a valorização da nossa profissão

vai muito além desta questão salarial.

Valorizar os professores é assegurar-lhes condições dignas de trabalho, reconhecer seu papel de protagonistas do processo educativo e, portanto, garantir-lhes participação efetiva na formulação das políticas educacionais e, ao mesmo, tempo, na execução consciente dessas políticas, por meio da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.

São lutas que precisam ser desenvolvidas de forma contínua e permanente, sobretudo no estado de São Paulo, onde sucessivos governos estaduais insistem em impor suas políticas sem qualquer tipo de respeito e de diálogo não apenas com os professores, mas também com os funcionários, com os estudantes, com os pais e com as comunidades.

Os professores sabem valorizar-se?

O processo de valorização também possui outro aspecto, fundamental, que até mesmo antecede os demais: a autovvalorização de cada professor e professora.

Esta é uma reflexão que precisa ser feita, uma avaliação necessária, uma tomada de posição individual e coletiva. Para que possamos exigir do Estado e da sociedade que nos valorizem e retribuam de forma justa o nosso trabalho, para que possa corresponder ao que dele se espera, é preciso, em primeiro lugar, que tenhamos consciência de nosso

próprio papel e de nosso valor.

Hoje, você, professor e professora, tem a exata noção do que representa o seu trabalho para a sociedade, para a formação das futuras gerações, para o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país? Você acredita que está agindo de acordo com a sua importância social, no sentido de buscar junto ao Estado as condições necessárias para desenvolver sua função de forma correta, para oferecer aos estudantes sob sua orientação a melhor qualidade de ensino possível para que eles próprios se tornem capazes de atuar para transformar a realidade em que vivem?

Esta questão é crucial para que possamos sair de um dilema em que estamos constantemente mergulhados. De que forma superar a opressão do Estado, que age por meio de medidas coercitivas e divisionistas, que nos fraciona em diversos segmentos diferentes, visando dificultar a nossa união e a nossa mobilização, necessárias justamente para superar esta situação?

Quando perguntamos “O que a APEOESP está fazendo?”, devemos nos perguntar também “O que eu estou fazendo?”. Sim, porque a luta do Sindicato não é “apesar” dos professores e sim com os professores. A APEOESP não é uma entidade autônoma em relação aos professores e sim a expressão organizativa da nossa categoria, ou seja, sem a participação dos professores a entidade perde sua razão de ser e perde sua capacidade

de atuar e defender a própria categoria.

O papel do sindicato

Um Sindicato é fundamentalmente uma associação de trabalhadores que tem como função defender seus interesses, seus direitos profissionais e sua cidadania.

Geralmente, os sindicatos são apresentados como organismos de representação da classe trabalhadora. Poucas vezes, porém, aparece outro aspecto fundamental da atividade sindical: o de organizar e mobilizar a classe na defesa de seus interesses, seus direitos profissionais e sua cidadania.

Surgidos originalmente por iniciativa dos trabalhadores para impor aos patrões condições contratuais que os elevassem, no mínimo, acima da posição de meros “escravos”, os sindicatos tornaram-se, com o tempo, centros de organização da classe trabalhadora, na definição do filósofo alemão Karl Marx. Para ele, os sindicatos surgiram para superar a desunião dos trabalhadores, desunião esta que anulava o seu único poder social, que é o seu poder numérico.

Transformar nossa força numérica em força social

Em decorrência desta definição de Marx, fica claro que uma categoria profissional, para obter conquistas, precisa estar unida e mobilizada para impor ao patrão (no nosso caso, o Estado) sua força numérica, que é seu único poder

social. Manifestações, passeatas, grandes assembleias, movimentos coletivos coordenados, paralisações e, no limite, a greve de toda a categoria, são instrumentos de luta dos trabalhadores para a conquista de suas reivindicações.

Com representante da classe, o Sindicato busca sempre a negociação com o governo do Estado. Pressiona e persuade por todos os meios de que possa dispor, até mesmo por meios jurídicos. Entretanto, diante da impossibilidade da negociação ou da recusa do governo em atender as justas reivindicações dos professores, quem deve entrar em cena é o conjunto da categoria, organizada e mobilizada pelo Sindicato.

Os professores do Estado de São Paulo configuram, isoladamente, uma das mais numerosas categorias profissionais do Brasil, com mais de 220 mil professores na ativa e 148.485 mil aposentados. A APEOESP, legítimo representante da categoria, é hoje o maior Sindicato do país em número de associados (mais de 180 mil), o maior da América Latina e um dos maiores do mundo. Temos, portanto, a força numérica a que se referiu Marx. O que nos falta, então?

Cada professor e professora é importante

Somos uma categoria numerosa, porém, pela natureza de nossa atividade, estamos fragmentados em pequenos grupos espalhados pelas cinco

mil escolas da rede estadual de ensino. Temos ainda milhares de professores de redes municipais de ensino que são filiados ao Sindicato, além de diretores de escola e supervisores de ensino.

Esta fragmentação pode causar nos professores e professoras, sobretudo nas unidades menores, uma sensação de isolamento. Ao mesmo tempo, pode induzir ao equivocado raciocínio de que a sua participação individual “não faz diferença”. Trata-se de um grande engano. Um professor ou pequeno grupo de professores, isoladamente, talvez não tenha força para impor mudanças, mas este mesmo professor ou seu grupo, participando do contexto maior, contribui inimaginavelmente para a força do movimento.

Analisando de outro ponto de vista, se é verdade que essa fragmentação pode representar um obstáculo à nossa união e mobilização, ela também facilita a conversa, a troca de ideias, o debate e a reflexão, favorecidos pelo agrupamento mais ou menos estável de professores em uma mesma escola que convivem e interagem durante muitos anos. A questão, portanto, é política. O que falta?

A valorização dos professores não virá como uma dádiva do Estado

Esse é o ponto a ser debatido com todos os professores e

professoras nas escolas. Estão satisfeitos com as atuais políticas do governo estadual? Seus salários são suficientes? A carreira responde a seus anseios? Como veem a condições estruturais das escolas? E a gestão dos diretores é correta, democrática, participativa? Há respeito e valorização por parte do Estado?

Representantes, conselheiros e diretores da APEOESP têm a grande tarefa de conduzir o diálogo com os colegas nas escolas, não impondo uma receita de mobilização ou ideias preconcebidas, mas trabalhando com um indutor para a tomada de consciência de posição da nossa categoria frente à realidade que estamos enfrentando.

Somos muitos milhares. Temos o privilégio de interagir direta e indiretamente com a grande maioria da população durante 200 dias ao ano, com os estudantes e, por meio deles, com suas famílias. Nossas reivindicações não são caprichos ou pretensões descabidas, mas providências necessárias para que possamos desenvolver de forma adequada o nosso trabalho e cumprir a nossa função social, que é a de garantir às crianças e jovens que frequentam a escola pública acesso ao conhecimento e sua formação como cidadãos e cidadãs.

Quando nos omitimos em relação às lutas da nossa categoria, quando ignoramos a convocação para as assembleias e permanecemos trabalhando quando nossos colegas estão nas ruas reivindicando o que é direito de todos nós, estamos tacitamente concordando com as políticas

deste governo e, num certo sentido, colaborando para a nossa própria desvalorização como professores e como cidadãos.

Um sindicato que mobiliza não existe sem seus representantes, seus ativistas nas regiões e nas escolas. Não há boletim, panfleto, inserção de rádio ou TV que substitua a conversa franca de um professor com seu colega. Levar essas questões para debate na sala dos professores, em cada unidade escolar, é uma função inseparável da condição de diretor, conselheiro e representante da APEOESP.

Mobilização urgente

Todo o nosso esforço tem que estar voltado para a convocação das próximas atividades de nossa campanha salarial e educacional, entre elas a audiência pública na Assembleia Legislativa no dia 17/05, quando devemos superlotar aquela Casa com milhares de professores, mas também estudantes, pais e movimentos sociais (veja nas próximas páginas) e a assembleia estadual do dia 24/05, às 14 horas, na Praça da República, com paralisação. Temos muito pelo que lutar.

Pelo que lutamos?

Como já dissemos anteriormente, para a APEOESP a verdadeira valorização dos professores se dá por meio de uma política salarial que tenha como objetivo o cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação, ou seja, que vise a equiparação de nossos salários à média dos demais pro-

fissionais com formação de nível superior. Para alcançar esta meta, precisamos de um plano de reajustes escalonados que perfaçam 75,33% de reajuste total.

a) Em relação à questão salarial, emergencialmente, lutamos por:

Reposição – para todos os professores, da ativa e aposentados – da inflação do período que começa em julho de 2014 (data de nosso último reajuste) e o mês de fevereiro de 2016, totalizando 16,6% de reajuste.

Mesa permanente de negociação para discutir a valorização profissional, com base na meta 17 do Plano Nacional de Educação, que determina a equiparação salarial dos professores pela média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior.

Política salarial que tenha como objetivo o cumprimento da meta 17 do PNE. Para alcançar esta meta, precisamos de um plano de reajustes paulatinos que perfaçam 75,33% de reajuste total.

Lutaremos também junto à esfera federal para desvincular os recursos gastos com educação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF coloca um freio nos gastos com pessoal, estabelecendo o limite prudencial de 46,55% das receitas. Ora, os professores são uma categoria muito numerosa, a maior entre os servidores públicos, o que faz com que os gastos cheguem rapidamente aos 46,55%. Entretanto, o FUNDEB, cuja criação é

posterior à LRF, estabelece que no mínimo 60% dos recursos do fundo sejam aplicados na valorização dos professores – dos professores e não dos demais segmentos dos profissionais da educação. Assim, derrubar a trava da LRF em relação à aplicação dos recursos da educação é imprescindível.

b) Queremos o fim das isenções, renúncia fiscal e desvios de recursos da educação

O Estado alega falta de recursos, mas como já vimos, deixa deliberadamente de arrecadar para beneficiar empresários, assim como promove desvios de recursos da educação para outras finalidades. Sem falar no ralo da corrupção, como o grande roubo executado pela máfia da merenda.

No estado de São Paulo cinco mil funcionários públicos, apenas, mais de R\$ 400 milhões em salários. São os chamados supersalários, todos superiores aos vencimentos do governador, o que é proibido por lei. Um desses funcionários, segundo o telejornal SPTV, chega a receber R\$ 102 mil em um só mês.

Queremos:

- Fim das políticas de isenções e renúncia fiscal que reduzem as verbas da educação.
- Devolução de R\$ 17,5 bilhões (corrigidos) que foram desviados da educação, conforme relatório da CPI da Educação (ano 2000).
- Fim dos supersalários pagos pelo Estado, para que todos os recursos sejam revertidos

na real valorização dos servidores públicos.

c) Merenda de qualidade nas escolas. CPI da merenda já!

Conquista dos professores organizados pela APEOESP, bem como dos estudantes e pais que estiveram, juntos, na Assembleia Legislativa no dia 27/04, lotando as galerias e pressionando o presidente da Casa e demais lideranças partidárias, está agendada para o dia 17/05 audiência pública para debater a educação pública no estado de São Paulo.

Estará em discussão o Plano Estadual de Educação, mas também as atuais deficiências estruturais da rede estadual de ensino, a falta de materiais, a valorização dos professores e a questão da merenda.

É uma vergonha que o mais rico estado do país sirva bolachas e sucos a seus estudantes e não merenda de qualidade. É absurdo que tenham sido desviados milhões de reais destinados à merenda escolar, sem que os deputados estaduais tomem posição diante deste escândalo, pois o governo obstrui a instalação da CPI da merenda.

No dia 17 temos que superlotar a Alesp. Na luta, na pressão, vamos exigir dos deputados a imediata instalação da CPI da merenda, para identificar, mandar prender e confiscar os bens desses criminosos que roubam a merenda de nossas crianças.

As subsedes devem:

- a) organizar a coleta de assinaturas em abaixo-assinado pela instalação da CPI da merenda.

b) articular com estudantes e professores acampamentos para exigir a CPI da merenda.

Plano Estadual de Educação

A audiência pública do dia 17/05 também tem como finalidade pressionar a Assembleia Legislativa para que dê andamento à tramitação do Plano Estadual de Educação e, mais que isso, que recoloca na proposta do PEE todas as proposições contidas no Plano elaborado pelo Fórum Estadual de Educação (Substitutivo nº 2) e, no que couber, propostas contidas no Substitutivo nº 1, elaborado pelas entidades do ensino superior.

Entre as principais metas e estratégias que devem ser alteradas, incorporando as propostas do FEESP e das entidades do ensino superior, estão a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática e o financiamento da educação, que foram esvaziados pelo governo ao remeter o projeto para a Alesp.

d) Pelo desmembramento de classes e reabertura do noturno

A “reorganização silenciosa” que a Secretaria da Educação vem operando na rede estadual de ensino já ocasionou, somente neste ano, o fechamento de pelo menos 1.412 classes, sobretudo no noturno. Este número pode ser bem maior, pois o levantamento realizado pela APEOESP abrangeu 54 das 93 subsedes da entidade.

O fechamento de classes no noturno acaba fazendo com que milhares de estudantes que trabalham ou exercem outra atividade durante o dia tenham que

abandonar a escola, deixando de estudar na idade certa. Restalhes depois como alternativa a Educação de Jovens e Adultos; porém, o Estado também vem fechando classes de EJA.

Outra consequência, que há muito vimos denunciando, recai sobre a qualidade de ensino. Se existe uma redução demográfica em nosso estado, o governo deve, em vez de fechar classes, reduzir o número de estudantes em cada uma delas, para que tenham no máximo 25 estudantes, para que seja possível um melhor acompanhamento de sua aprendizagem.

A APEOESP, durante os primeiros meses deste semestre, divulgou amplamente este levantamento junto aos meios de comunicação, enviou-o oficialmente à Secretaria da Educação e oficiou ao Ministério Público para que tomasse providências no sentido de impedir o prosseguimento dos fechamentos de classes.

Esta é uma luta importante, que, a exemplo da questão da merenda, unifica os interesses de professores, estudantes e pais, pois é dever do Estado garantir o acesso de todas as crianças e jovens, dos quatro aos dezessete anos, à escola pública e gratuita. Assim, reivindicamos:

- Reabertura das classes fechadas.
- Desmembramento das classes com elevado número de estudantes.
- Reabertura do noturno.
- Número máximo de 25 estudantes por classe na educação básica.

e) Pelo direito à vida - licenças médicas

O governo estadual ataca de forma covarde os professores adoecidos. Amparado no Parecer nº 95/2015 da Procuradoria Geral do Estado, considera injustificadas as faltas dos professores doentes que aguardam perícia médica e a publicação de suas licenças em Diário Oficial. O agendamento das perícias é demorado e o atendimento é ruim, muitas vezes autoritário em desrespeitoso.

A APEOESP ingressou na Justiça pela derrubada do Parecer da PGE. Não obtivemos liminar e o processo segue tramitando. Professores que estejam sendo prejudicados devem procurar o departamento jurídico da APEOESP nas subsedes ou na Sede Central.

Este assunto foi tratado pela Diretoria do Sindicato com o Secretário Estadual da Educação, que disse estar fazendo gestões junto à Secretaria de Planejamento e Gestão para que cesse este procedimento.

No dia 3 de maio a Diretoria da APEOESP reuniu-se com o diretor do DPME, na qual tratou do desconto de faltas e outras questões relativas à saúde dos professores. Quanto aos descontos, o Diretor disse que o órgão é contra, mas que o assunto não está na sua esfera.

Agendamento de perícias

A APEOESP questionou a demora no agendamento de perícias, mas o DPME afirma que entre o agendamento e a publicação do resultado da perícia tem decorrido de 10 a 15 dias. Solicitamos que todos

os casos de demora superior a este prazo sejam comunicados pelo e-mail presiden@apeoesp.org.br para as devidas providências.

Relatório médico

Nesta reunião, o DPME explicitou a necessidade de que os atestados médicos fornecidos aos professores para as perícias médicas ou para fins de licença para tratamento de doenças de pessoas da família sejam acompanhados um relatório que contenha, obrigatoriamente:

I – o diagnóstico;

II – a provável data de início da doença;

III – manifestações clínicas e laboratoriais;

IV – a conduta terapêutica e periodicidade de acompanhamento;

V – a evolução da patologia;

VI – as consequências à saúde do periciando;

VII – o provável tempo de repouso estimado necessário para a sua recuperação;

VIII – o registro dos dados de maneira legível;

IX – identificação do médico assistente emissor, mediante assinatura e carimbo com o número de registro no respectivo Conselho Regional.

Tem sido relatados casos em que médicos recusam-se a preencher o relatório. O diretor do DPME disse que ele é obrigatório também para perícias do INSS e que o Hospital do Servidor, como os demais hospitais, possui um setor denominado SESTM, que cumpre essa tarefa. Médicos que se recusem a preencher o relatório podem ser acionados junto ao Conselho Regional de Medicina.

Readaptados

A APEOESP levou ao Diretor do DPME as reclamações de professores quanto à cessação de readaptações, mesmo quando o professor não superou a sua enfermidade e está incapacitado para o trabalho docente. O DPME explicou que há cessação da readaptação em dois casos: quando o perito considera que o motivo para a readaptação foi superado ou quando o servidor continua a solicitar licenças, mesmo estando readaptado.

A APEOESP reafirma que não admite que os direitos dos professores sejam desrespeitados e continua orientando todos os professores que se sentirem prejudicados a procurar o departamento jurídico, nas subsedes e na Sede Central, para ingressar com os recursos judiciais que se fizerem necessários, após as devidas providências administrativas.

IAMSPE

Também no IAMSPE, o atendimento aos professores é demorado e deixa a desejar, além de não estar suficientemente disponível nas regiões. Ultimamente o Instituto tem deixado de pagar laboratórios no interior do estado, comprometendo o atendimento.

A APEOESP está solicitando agendamento de reunião com a Superintendência do IAMSPE para tratar desta questão, bem como do projeto de lei que estende o atendimento médico aos professores da categoria O, acordo que foi feito na greve de 2013, reafirmado na greve de 2015, mas que não foi encaminhado pelo governo do Estado.

f) Em defesa dos direitos dos professores temporários/concurso

No dia 16/04 a APEOESP realizou mais um Encontro Estadual de Professores da Categoria O, que são os professores contratados por tempo determinado. (veja encarte)

O encontro reafirmou a necessidade de que seja instituída uma nova forma de contratação para os professores temporários, com isonomia de direitos em relação aos demais integrantes da categoria, até que sejam aprovados em concurso público. Projeto de lei de iniciativa popular neste sentido está sendo elaborado.

Entre as principais preocupações expressas neste encontro estava a demora do governo em publicar o decreto que regulariza os direitos destes professores (faltas abonadas, justificadas e férias), tendo em vista a lei complementar 1277/2015, que ampliou o tempo de contratação para três anos, podendo chegar a três anos e dez meses. Esta foi uma conquista, ainda que insuficiente, da nossa greve de 2015.

Outro ponto importante foi a necessidade de abertura de cadastro emergencial para que possa haver a contratação de novos professores (já que há falta de professores nas escolas) e, também, a indefinição sobre uma nova chamada para os aprovados no concurso de PEB II.

Além desses pontos, o encontro também definiu outras questões a serem reivindicadas junto à SEE, conforme consta nos documentos em anexo (reprodução do Boletim Informa Urgente nº 22, de 18/04).

Na reunião que a APEOESP manteve com o Secretário da Educação, em 28/04, houve garantia de que haverá a contratação de dois mil professores, seguindo a ordem de classificação. Também foi assegurado que o decreto estava passando por uma revisão jurídica para a assinatura do governador.

Chamada de concursados

Também como um dos resultados da reunião, a SEE publicou comunicado formalizando que haverá nova chamada de concursados no segundo semestre de 2016:

“À vista dos diversos questionamentos apresentados a este Centro de Ingresso e Movimentação (CEMOV) quanto à realização de sessão de escolha de vaga para os cargos PEB I e PEB II, tem este a finalidade de informar que as próximas etapas estão sendo planejadas para acontecer no 2º semestre de 2016, com exercício previsto para início do ano letivo de 2017.

Por ocasião da sessão de escolha, serão disponibilizadas aos candidatos as aulas remanescentes do Concurso de Remoção, cuja realização está prevista para se iniciar em junho/2016.

Para tanto, já estão sendo adotadas as providências visando obter a autorização governamental para aproveitamento de candidatos remanescentes e provimento dos cargos vagos, em razão das disposições do Decreto nº 61.466/2015.

Por fim, informamos que, em momento oportuno, serão encaminhadas novas orientações quanto ao planejamento, organização e procedimentos para a

operacionalização das sessões de escolha de vaga.”

A APEOESP mantém-se na defesa dos professores da categoria O, reivindicando, entre outros pontos:

- Assinatura imediata do governador no decreto que regulariza os direitos dos professores temporários (categoria O) à nova duração dos contratos, de acordo com a lei complementar 1277/2015.
- Nova forma de contratação de professores temporários (categoria O), com isonomia de direitos com professores efetivos, até que sejam aprovados em concurso público.
- Chamada de todos os professores remanescentes de concurso.

Conforme deliberação do Conselho Estadual de Representantes, as subsedes devem realizar encontros regionais de professores da categoria O, para dar encaminhamento regional a suas demandas, no que couber, e formular novas questões pertinentes a suas necessidades.

g) Todos os professores têm o direito de repor as faltas da greve

Nas diversas reuniões que manteve com a SEE a APEOESP sempre cobrou que fossem abertas mais possibilidades de reposição das faltas da greve de 2015, tendo em vista que muitos diretores e supervisores de ensino vinham impedindo professores de repor. Na reunião de 28/04 o assunto foi novamente abordado.

Em resposta, a SEE publicou no dia 3/5 um comunicado ins-

truindo as diretorias de ensino e as escolas a facilitar ao máximo a reposição das faltas da greve para a limpeza dos prontuários.

Diz o comunicado, “a reposição das faltas deverá ocorrer nas ausências pontuais dos demais docentes regentes de classes/aulas, respeitando o mesmo campo de atuação, como por exemplo: falta abonada, justificada, injustificada, médica, doação de sangue, serviço obrigatório por lei e qualquer outra ausência cujo período não ultrapasse 15 (quinze) dias.” Até 30/5 a SEE vai realizar um “mutirão” para retirar todas as faltas repostas, reduzindo-se prejuízos a professores que queiram participar do processo de remoção.

Em relação aos professores da categoria O que participaram da greve, o comunicado diz que “a extinção contratual dos docentes categoria O, ocorrida por ultrapassar o limite de ausências durante o período de greve, deverá ser tornada sem efeito, em virtude de inexistir amparo legal para essa extinção em decorrência do direito à greve, sendo que o período em que o docente não ministrou aulas será caracterizado como interrupção de exercício, até nova atribuição.”

Os professores interessados em repor as faltas devem preencher o respectivo formulário (anexo II)

h) Calendário de mobilizações

A conquista dessas e outras reivindicações só será possível se houver unidade e mobilização da nossa categoria. Esta

mobilização começa na sala dos professores, com uma conversa franca na qual todos possam sentir a importância de cada um/a neste processo. Entre ações aprovadas pela assembleia estadual de 29/04, que devem contar com a participação de todos, estão:

- Caravana Estadual em Defesa da Educação – três ônibus adesivados percorrerão todas as regiões do estado entre os dias 9 e 20 de maio, esclarecendo a população sobre a nossa campanha e denunciando a situação da rede estadual de ensino. No roteiro dos ônibus estão as escolas que foram ocupadas em 2015; as que estavam na lista do governo para serem fechadas; aquelas cuja intenção de fechamento foi denunciada pela APEOESP ainda em outubro de 2015; e as unidades escolares que seriam reorganizadas.
- Participação no dia de greves, paralisações e mobilização convocado pela CUT (10/05), em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores, contra qualquer retrocesso.
- Participação massiva na audiência pública do dia 17/05, na Assembleia Legislativa, com a presença do Secretário da Educação, na qual debatemos a situação das escolas estaduais, discutiremos o Plano Estadual de Educação e, muito importante, pressionaremos os deputados pela instalação da CPI da merenda, para identificar e encaminhar

a punição dos culpados, com prisão e confisco dos bens.

- Assembleia estadual no dia 24/05, na Praça da República, já com os resultados da reunião com o Secretário da Educação, para avaliar o quadro e definir os próximos passos da luta, não estando descartada a deflagração da greve da categoria.

As reuniões de representantes devem:

- Avaliar o posicionamento dos professores frente à possibilidade de uma greve da categoria.
- Organizar visitas às escolas e atividades de debate e reflexão com os professores buscando esclarecer e mobilizar a categoria
- Organizar a realização da Caravana em Defesa da Escola Pública e da Democracia na região, nas datas informadas no anexo I, e de acordo com o roteiro que foi enviado para

a macrorregião, conforme deliberação da assembleia. A caravana deve percorrer as escolas que foram ocupadas, as que seriam fechadas e as que seriam reorganizadas na região. É importante envolver os estudantes, os pais e toda a comunidade nesta atividade.

- Organizar aulas públicas, rodas de conversa, encontros e outras atividades para dialogar com os estudantes e os pais, nas escolas.
- Organizar manifestações e atividades de pressão nas diretorias de ensino pelo atendimento das reivindicações.
- Realizar a “operação caça-Alckmin” quando o governador estiver na região.
- Realizar manifestações quando o Secretário da Educação estiver na região, pressionando pelo atendimento das reivindicações.
- Realizar o encontro regional dos professores da categoria O.

Reajuste zero, nem pensar!

Dia **24** Maio

ASSEMBLEIA ESTADUAL
COM PARALISAÇÃO

TERÇA - 14H
PRAÇA DA REPÚBLICA

E mais, entre outras:

- Fim dos descontos salariais dos professores doentes. Humanização do atendimento no DPME.
- Aplicação da jornada do piso.
- Assinatura imediata do decreto que regulariza os direitos dos professores temporários (categoria O) à nova duração dos contratos, de acordo com a lei complementar 1277/2015.
- Nova forma de contratação de professores temporários (categoria O), com isonomia de direitos com professores eletivos, até que sejam aprovados em concurso público.
- Reabertura das classes fechadas e reabertura dos noturnos.
- Máximo de 25 estudantes por classe na educação básica.
- Condições de trabalho para os professores e de ensino-aprendizagem para os estudantes.
- Merenda de qualidade em todas as escolas.
- CPI da merenda, já. Prisão dos culpados, confisco dos bens e devolução do dinheiro desviado.
- Fim das políticas de isenções e renúncia fiscal que reduzem as verbas da educação.
- Devolução de R\$ 175 bilhões (corrigidos) que foram desviados da educação de 1995 a 2000.

Queremos, emergencialmente:

- Reajuste de 16,6% para repor a inflação do período (desde julho de 2014), extensivo aos aposentados.
- Mesa permanente de negociação para discutir a valorização profissional, com base na meta 17 do PNE (equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior).
- Política salarial para alcançar a meta 17 do PNE através de um plano de reajustes paulatinos que perfaçam 75,33% de reajuste total.

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDADO EM 1964

ANEXO I

CARAVANA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA – 09/05 A 20/05

O roteiro enviado às subseções inclui as escolas que foram ocupadas, as que seriam fechadas e as que seriam reorganizadas em 2015.

ÔNIBUS 1

09/05 – Pres. Prudente
10/05 – Araçatuba
11/05 - São José do Rio Preto
(dia do RE)
12/05 – Ribeirão Preto
13/05 – Piracicaba
16/05 – Campinas
**17/05 – AUDIÊNCIA PÚBLICA
- ALESP**
18/05 – Araraquara
19/05 - Bauru
20/05 - Marília

ÔNIBUS 2

09/05 – Sorocaba
10/05 – Baixada Santista
11/05 - RE
12/05 - SJC + Vale Paraíba
13/05 - MANHÃ - Osasco / TARDE
- Carapicuíba
16/05 - MANHÃ – Itapevi / TARDE
- Guarulhos
**17/05 – AUDIÊNCIA PÚBLICA
ALESP**
18/05 - MANHÃ - Suzano / TARDE
- Mogi das Cruzes
19/05 - MANHÃ - Itaquaquecetuba
/ TARDE - Poá
20/05 - MANHÃ – Mauá / TARDE-
Ribeirão Pires

ÔNIBUS 3

09/05 - MANHÃ - Diadema / TARDE
- São Bernardo
10/05 MANHÃ - São Caetano/
TARDE - Santo André
11/05 - RE
12/05 - MANHÃ - Taboão da Serra
/ TARDE - Franco da Rocha
13/05 - MANHÃ - Cotia / TARDE -
Sudoeste
16/05 - MANHÃ - Oeste/Lapa /
TARDE - Norte
**17/05 – AUDIÊNCIA PÚBLICA
- ALESP**
18/05 - MANHÃ – Sudeste / TARDE
- Santo Amaro
19/05 - MANHÃ - Vila Prudente /
TARDE - Penha
20/05 - MANHÃ – Itaquera / TARDE
- São Miguel

ANEXO II

Para reposição das faltas da greve

DECLARAÇÃO

_____ (nome), brasileiro(a), _____ (estado civil), portador(a) da Cédula de Identidade RG X.XXX.XXX-0 e inscrito(a) no CPF/MF nº. XXX.XXX.XXX-XX, Professor Educação Básica II(I), SQC-II-QM(SQF-I-QM), disciplina de _____, com órgão de classificação na EE “Prof. _____”, Diretoria de Ensino-Região de _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº __, apto. __, _____ (bairro), CEP XXXXX-XXX, em _____-SP, pelo presente instrumento vem comunicar, formalmente, junto ao Diretor(a) da EE _____, a disponibilidade em repor as faltas ocorridas no período de 13/03/2015 a 12/06/2015.

_____ (cidade), ___ de junho de 2016.

Boletim CR/RR

MAIO/2014



expediente

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Fábio Santos Silva
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Sílvio de Souza
*Secretário de Comunicações
Adjunto*

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Sílvio de Souza
Leandro Alves Oliveira
Fábio Santos Silva
Rita de Cássia Cardoso
Ezio Expedito F. Lima
Luiz Gonzaga José
Maria Sufaneide Rodrigues
Francisco de Assis Ferreira
Solange A. Benedeti Penha

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2014/2017

DIRETORIA EXECUTIVA: *Presidenta:* Maria Izabel Azevedo Noronha; *Vice-Presidente:* Fábio Santos de Moraes; *Secretário Geral:* Leandro Alves Oliveira; *Secretário Geral Adjunto:* Fábio Santos Silva; *Secretário de Finanças:* Luiz Gonzaga José; *Secretária de Finanças Adjunta:* Maria Sufaneide Rodrigues; *Secretário de Administração:* Odimar Silva; *Secretária de Administração Adjunta:* Maria José Carvalho Cunha; *Secretária de Patrimônio:* Miguel Noel Meirelles; *Secretária de Patrimônio Adjunta:* Tereza Cristina Moreira da Silva; *Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:* Francisca Pereira da Rocha Seixas; *Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:* Richard Araujo; *Secretário de Comunicações:* Roberto Guido; *Secretário de Comunicações Adjunto:* Sílvio de Souza; *Secretária de Formação:* Zenaide Honório; *Secretário de Formação Adjunto:* Paulo José das Neves; *Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:* Francisco de Assis Ferreira; *Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:* Solange A. Benedeti Penha; *Secretário de Política Sindical:* Moacyr Américo da Silva; *Secretária de Política Sindical Adjunta:* Ozani Martiniano de Souza; *Secretária de Políticas Sociais:* Rita de Cássia Cardoso; *Secretário de Políticas Sociais Adjunto:* Ezio Expedito Ferreira Lima; *Secretária para Assuntos de Aposentados:* Ana Lúcia Santos Cugler; *Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:* Fátima da Silva Fernandes; *Secretária para Assuntos da Mulher:* Suely Fátima de Oliveira; *Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:* Eliana Nunes dos Santos; *Secretária para Assuntos Municipais:* Nilcea Fleury Victorino; *Secretária para Assuntos Municipais Adjunta:* Mara Cristina de Almeida; *Secretária Geral de Organização:* Cilene Maria Obici; *Secretária de Organização para a Capital:* Silvana Soares de Assis; *Secretário de Organização para a Grande São Paulo:* Stenio Matheus de Moraes Lima; *Secretária de Organização para o Interior:* Jorge Leonardo Paz; *Secretária de Organização para o Interior:* Paula Cristina Oliveira Penha; *Secretário de Organização para o Interior:* Sergio Martins da Cunha; *Secretária de Organização para o Interior:* Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL: Ademair De Assis Camelo; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Altair De Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço Da Silva; Andre Luis Ferreira Da Silva; André Sapanos De Carvalho; Andressa de Sousa R. Mesko; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem De Jesus Filho; Ariovaldo de Camargo; Ary Neves Da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza De Souza; Claudelício dos Reis; Claudia Cristina Alves De Souza; Clodoaldo Rocha De Oliveira; Danilo Giaconetti Paris; Decio Alves Da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa; Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte; Fabiana Ribeiro da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fláudio Azevedo Limas; Floripes Ingracia Borioli Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Idenilde De Almeida Conceicao; Jesse Pereira Felipe; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares Da Silva Neto; José Francisco Da Silva; José Reinaldo De Matos Lima; Jovina Maria Da Silva; Jucinaldo Souza Azevedo; Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal De Aguiar Penteado Neto; Luiz Claudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Marcio Cabral Barbio; Marcos César da Costa; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Maria Margarete da Silva Oliveira; Mariana Coelho Rosa; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto V. de Oliveira; Pedro Paulo Vieira De Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquembegue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberta Iara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Rodrigo Pinto Chizolini; Ronaldi Torelli; Rosa Maria De Araujo Fiorentin; Sergio De Brito Garcia; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Suzi Da Silva; Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Uilder Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira; Vera Lucia Zirnberger e Wilson Augusto Fiuza Frazao.